

Modos de viver e normalização em uma sociedade de projetos

Ways of living and normalization in a project's society

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer

RESUMO

Partindo do diagnóstico de que possamos estar vivendo em uma sociedade de projetos e apoiados em noções como, o diagnóstico do presente e a dobradinha biopolítica/biopoder (Michel Foucault), neste texto, são problematizados os projetos sociais esportivos (PSE) naquilo que mantêm de implicação com estratégias para intervir no seu público alvo. Tal diagnóstico, proveniente de pesquisa acerca desses projetos que se proliferam por toda sociedade, desenvolve-se em torno da tese de que seriam sempre a outros modos de viver que tais projetos visam. Deste investimento de pesquisa resultou a identificação da invenção de uma população e da inclusão "social" como estratégias para contrapor à vida e aos modos de viver existentes, outros, esperados e desejados, caracterizando certa não aceitabilidade que remete a modos de viver indignos de serem vividos.

Palavras-chave: projetos sociais esportivos; modos de viver; inclusão social; população.

ABSTRACT

Starting from diagnosis which indicates that we live in a projects society and based in conceptions like present diagnosis and biopolitics/ biopower (Michel Foucault), this paper problematizes the sports social projects as intervention strategies to lide his public. From research about proliferation of social projects throughout society, this diagnosis develops around the thesis that ever would be others ways of living that these projects aim to achieve. As result from research's investment it was identified the invention of a population and the "social" inclusion as a strategy to confront the life and other existing ways of life, expected and desired, featuring some unacceptability which refers to ways of life unworthy of being lived.

Keywords: Sports social projects; ways of living; social inclusion; population.

Este texto inscreve-se em uma pesquisa¹ que visou mapear e pensar os projetos sociais esportivos (PSE) em funcionamento na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul. Início por esta localização para indicar que os movimentos produzidos na própria pesquisa se tornaram possíveis, a partir das problematizações decorrentes

¹ *Projetos Sociais Esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte*, pesquisa financiada pela Rede CEDES/Ministério do Esporte e vinculada ao Observatório de Políticas públicas da Cultura Corporal – OCUCO/FURG. Tal investimento de pesquisa constituiu parte do doutoramento no Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: química da vida e saúde, sob o título *Projetos sociais esportivos: ensaios sobre uma proliferação na cidade do Rio Grande-RS* (HECKTHEUER, 2012).

do contato com o que se pode denominar biopoder e biopolítica foucaultiana². O movimento a que me refiro está implicado com a forte característica que Michel Foucault imprime em suas análises, qual seja, a de perseguir e produzir deslocamentos sobre as temáticas³ a que se dedicou.

Pode-se considerar que um caminho percorrido dentro do arcabouço foucaultiano teria sido tomar a governamentalidade como grade de inteligibilidade para pensar esses projetos. Entretanto, o investimento deu-se de um modo mais delimitado, que foi tomar a “dobradinha” biopoder/biopolítica (indissociável da governamentalidade) não como grade, mas sim como “chave para pensar” a proliferação desses projetos. Chave no sentido de ferramenta, que serviu para construir “objetos”, “problemas”, “hipóteses”. Como uma chave que se pega da prateleira para “manusear”, transformar o ler, o pensar, o escrever. Chave que produziu efeitos imediatos na superfície das coisas. Chaves que têm seus lugares definidos, mas que podem ser misturadas, conforme o percurso dos funcionamentos. Chaves que fizeram funcionar o que? E que chaves são essas?

Com essas perguntas, quero dizer que não tratarei, aqui, de expor um “referencial teórico”, mas que, do mesmo modo como as noções são produzidas pelos autores de determinada maneira e não de outra, assim ocorreu com o objeto e problema da pesquisa. Assim, este texto visa, a partir de duas noções implicadas no biopoder/biopolítica foucaultiano – “fazer viver” e normalização – pensar sobre os modos de intervir, que são delineados nos documentos dos editais e projetos mapeados partindo do diagnóstico de que estaríamos vivendo em uma “sociedade de projetos”.

Talvez se trate de duas coisas: uma “chave”, que produziu maneiras de pensar e escrever os PSE, que desencadeou o pensamento fazendo-o passar pela “grade” biopoder/biopolítica, mas, no entanto, jamais com um *status* de método, o que, aliás, seria operar um certo “desbeijamento” no uso das ferramentas foucaultianas; e outra “chave” que, a partir desta, identifica um duplo investimento colocado em funcionamento por esses projetos – “fazer viver” esses indivíduos posicionados em populações “menores” e investimentos de normalização desses indivíduos, caracterizados pelas formas de intervenção previstas nos projetos. Isso significa investir na vida, de modo que esta se desloque muito mais em direção à norma do que à lei.

² Aqui, é importante considerar nota feita por Gadelha (2009, p.83), apoiado em Edgardo Castro, em que chama a atenção para o fato de que “o termo ‘biopolítica’ tem uma história que antecede a Foucault, não sendo ele propriamente o seu inventor”.

³ Ainda que Foucault (1995) tenha afirmado, em determinado momento de sua produção, que o tema que perseguiu o tempo todo tenha sido como nos tornamos o que somos.

Sociedade de projetos?

Cogitar que estejamos vivendo em uma sociedade de projetos consiste em que? Em diferentes momentos da história recente, respeitados teóricos de variadas matizes, exercitaram um artifício que consiste em diagnosticar, no presente, o que é predominante ou que pretende tal predominância: Sociedade do Espetáculo (Guy De bord); Sociedade do Risco (Ulrich Beck); Sociedade disciplinar, Sociedade de normalização, Sociedade de Segurança (Michel Foucault); Sociedade de controle (Gilles Deleuze); Sociedade Salarial (Robert Castel); Sociedade dos indivíduos (Norbert Elias); Sociedade Individualizada (Bauman); dentre outras. Respeitados os diferentes argumentos e as perspectivas assumidas para tais proposições, são de diferentes e numerosos diagnósticos sobre o que acontece na atualidade que se tratam os exemplos elencados acima.

Michel Foucault (2011) nos convida à prática de uma atividade filosófica diante da vida, que consiste em um permanente diagnóstico do presente. Tal atitude estaria, segundo o filósofo, implicada com certo modo de operar a história que parte sempre da atualidade – história do presente. O que é isso que estamos vivendo neste momento? Como nos tornamos o que somos? O que está acontecendo comigo/conosco? Perguntas caras à filosofia e que balizam tal diagnóstico do presente. Pois bem, acontecer e acontecimento são tratados nessa perspectiva como implicados com problemas em relação aos quais todos temos buscado e apresentado soluções, visando minimizá-los. Para Foucault (2004), seria preciso contar as histórias dos problemas que se apresentam historicamente para nós acompanhado das histórias das soluções que se apresentaram visando soluções possíveis ao contrário de embarcarmos no que são as polêmicas de uma época. Tais “histórias” seriam muito numerosas, e não cessariam nunca de ser produzidas. Eis que cada sociedade produz, vive, problemas específicos para os quais são apresentadas diversificadas soluções. A apresentação de soluções para determinados problemas se materializam modernamente em práticas planejadas, projetadas, como todas essas que se apresentam sob a alcunha de projetos. Dentre elas, uma assume proeminência no Brasil – projetos sociais. Confusa e, ao mesmo tempo, aceitável tal nomenclatura. Confusa por que, ainda que tais projetos se dirijam a parcelas específicas da população, é a toda sociedade que visam atingir. Aceitável por que quem ousaria defender contra uma sociedade melhor, mais justa, com oportunidades para todos, nos termos como anunciam esses projetos em seus objetivos? Isso fica evidente, principalmente, quando tais projetos visam à salvação dos indivíduos e prometem resultados inclusivos em relação aos seus públicos-alvo.

Diagnostica-se, no presente, uma proliferação de projetos: sociais, educacionais, políticos, de governo, de Estado, de seguridade, de saúde, habitacionais etc. que remetem com exagero ao que a sociologia elabora como questões sociais e que permitem que se cogite estarmos vivendo em uma sociedade de projetos. Problemas são produzidos, soluções são propostas e projetos são elaborados, os quais lançam mão de estratégias, mecanismos e técnicas que visam, de alguma maneira, dar respostas aos problemas produzidos. Como exemplos, temos a violência e a criminalidade; o analfabetismo e os níveis de educação medidos por índices que produzem curvas de normalidade. Invariavelmente, é de educação que se trata. Educação e governo. Afinal, educar é governar! (NOGUEIRA-RAMIREZ; MARÍN-DIAZ, 2012). Agir sobre ações contando com espaços de liberdade. Ações sobre condutas possíveis. Entretanto, interessa, para essa problematização, reconhecer que esses projetos contêm práticas que visam produzir modos de viver diferentes dos existentes para, então, radicalizar o pensamento no sentido de tomar isso como sendo um problema em tais projetos.

A proliferação de PSE foi tomada, nesta pesquisa, como acontecimento, que comporta e integra estratégias e técnicas na constituição de políticas da vida, ou seja, modos de viver, de construir cada vida, o que está concentrado naquilo que planificam os documentos dos projetos. Assim, esses projetos em funcionamento na cidade do Rio Grande/RS foram tratados naquilo que eles se propõem de intervenção sobre a vida dos outros. Para isso, os projetos foram considerados ainda enquanto planificações, que indicam o que pretendem e como pretendem intervir, já que, desde então, já são funcionamentos e produzem efeitos. Esses projetos, apoiados em processos de normalização, produzem efeitos de controle, mas também de resistência e produção de outras formas de vida. Logo, espaço onde a biopolítica pode ser abordada na contemporaneidade, mas, também, como possibilidade de potência de vida⁴. Foram considerados não apenas os projetos, mas, também, editais que visam colocar projetos sociais em funcionamento, isto por que já estão em funcionamento quando existem condições que os tornem possíveis. Assim sendo, quando são lançados editais de modo concorrencial, visando contemplar com investimentos os PSE, pode-se dizer que, de alguma maneira, já estão se constituindo modos de funcionamento que pretendem atingir os indivíduos visados por

⁴ Pistas dessas possibilidades apareceram quando, ao manusear os documentos e as entrevistas realizadas durante o mapeamento desses projetos, deparei-me com os objetivos desses projetos, com o público ao qual se dirigem e com a preocupação dos proponentes em relação à rotatividade na participação e no abandono das atividades pelos participantes. Isso pode indicar que os indivíduos, que constituem a população ou público-alvo desses projetos, escapam, de alguma maneira, das estratégias e técnicas de controle de suas vidas, parecendo negarem-se a ser governados.

intervenções como essas. Nesses editais, assim como nos projetos, está fixado quem deve ser atingido em termos de população alvo, faixa etária, sexo, dentre outros indicadores. Resumidamente, significa tomar a proliferação de propostas de PSE como problema, desde quando esses ainda são intenções, mas já são projetos. Foi a experiência de constituir a biopolítica foucaultiana como uma “chave” para pensar os PSE que tornou possível problematizar, de maneira diferenciada, sua proliferação, tanto na maneira de encarar o que sejam seus funcionamentos como no trato dos elementos/temas ativados por esses projetos.

Assim é que, neste texto, considero a produção de Michel Foucault, acerca de biopoder e biopolítica, com um olhar determinado pelas problematizações construídas e pelo o que os materiais que constituíram o *corpus* da investigação – os documentos dos projetos e dos editais – indicaram, demonstrando minimamente como se constituiu tal chave que disparou possibilidades de pensamento em torno da vida dos indivíduos que esses projetos visam “atingir”. Mas o que há de biopolítico nessas intervenções? Essa pergunta adquire sentido quando se pensam os projetos, essas intervenções contemporâneas, como produtoras não só de controle e regulação da vida, mas também como âmbito de produção de outras formas de vida. Os objetivos explicitados nos documentos dos projetos encaminharam-me para isso.

Nesse sentido, aceitando as “provocações” que Michel Foucault lança sobre a temática do governo da vida e das populações, neste texto, problematizo os PSE mapeados como mecanismo de gestão das populações no sentido positivo da vida. Logo, não foi a qualquer projeto social que me dediquei, nem a qualquer população. Especificamente, tratei de projetos sociais que utilizam o esporte como meio, visando atingir seus objetivos, e que se dirigem aos indivíduos em vulnerabilidade⁵ “social” e em situação ou estado de risco. Assim, dedico-me a dois objetivos presentes nos documentos dos projetos, precisamente: a “promoção” da inclusão social e a minimização de um “estado” de vulnerabilidade “social”. Para fins de organização deste texto, tais objetivos serão tratados de modo diferente. O primeiro, inclusão social, será abordado como elemento de “desejo” manifesto nos projetos; e o segundo, tratado em uma condição especial, já que, ainda que se apresente vinculado a um objetivo, será abordado em termos de seus efeitos a partir da constituição de uma população para intervenção – a população de “vulneráveis”.

A inclusão “social” e a “vulnerabilidade social”, extraídos dos documentos que organizam e visam colocar tais projetos em funcionamento, expressam, em parte, o

⁵ O tratamento atribuído ao tema “vulnerabilidade social” não é unânime nos projetos sociais a que me refiro. Por isso, não me dedicarei, neste texto, em definir o que significa vulnerabilidade, mas sim em utilizar essa expressão como forma de nominar determinado estrato de indivíduos, o que torna possível me referir, mais adiante, a uma população de vulneráveis.

que Veiga-Neto (2001) afirma caracterizar uma “vontade de ordem”, sonho e, ao mesmo tempo, condição da Modernidade. De outra parte, caracterizam a constituição de uma população para fins de regulação e governo, que é a população dos “vulneráveis”, esta que deve ser conhecida, estimada, regulada, controlada, pelos riscos que pode produzir a seus integrantes, mas principalmente à sociedade. Logo, dupla situação de risco: o risco a que estão submetidos enquanto indivíduos, pela sua condição ou estado de vulnerabilidade; e o estado de risco em que a sociedade é colocada em termos de perturbação de uma ordem desejada.

Nesses termos, o risco maior é o de produção da desordem, enquanto o principal objetivo desses projetos parece ser uma tentativa de ordenamento de uma população que está dispersa e, em certo sentido, “desconhecida”. Esse sentido, por sua vez, também se duplica: primeiro, pela necessidade desses indivíduos perceberem-se e serem numerados, mensurados, localizados como vulneráveis; segundo, pode-se dizer que mais do que se dirigirem aos indivíduos vulneráveis, esses projetos “vulnerabilizam” parcela da população.

Em todo o caso, é sobre a vida de cada um, as vidas do coletivo de vulneráveis, a vida do corpo da população, sobre a qual visam intervir esses projetos. Não é esse o centro das problematizações que Foucault apresenta em termos biopolíticos? Como agimos sobre a conduta dos outros, visando fazê-los viver? Não é o ingresso da vida na política que caracteriza uma nova forma de poder, que Foucault denomina biopoder? Pode-se, então, falar em “contexto biopolítico”⁶ ao se referir a intervenções estratégicas como os PSE que se trata. Logo, pensar esses projetos a partir da perspectiva da biopolítica foucaultiana compreendeu tratá-los como estratégias-técnicas-mecanismos⁷ que visam encarregar-se de gerir a vida dessa população – “fazer viver” –; significa pensar em funcionamentos de uma “era” que o filósofo anuncia aberta – “era de um bio-poder” (FOUCAULT, 1988, P. 132) – era de normalização.

Era do biopoder?

Em *História da Sexualidade I – A vontade de saber*, Foucault (1988, p. 131-132) anuncia: “Abre-se, assim, a era de um ‘bio-poder’”. O autor refere-se ao desenvolvimento rápido de uma nova forma de poder caracterizado pela explosão de

⁶ Utilização a partir do uso que Pál Pelbart (2009) faz dessa expressão em seus ensaios sobre biopolítica.

⁷ Se utilizo noções tão diferentes nessa forma aditiva, ligando-as por um hífen, não é por querer produzir equivalência, mas, sim, para indicar o modo como operam de forma articulada nas proposições dos PSE.

“técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações”. É em relação ao poder soberano que se identifica essa “nova” forma de poder. De um poder simbolizado pela potência da morte, este, agora – o bio-poder –, caracteriza-se pela “administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”.

A problemática do biopoder⁸ está desde sua introdução implicada com o termo biopolítica, o que pode suscitar algumas confusões sobre o uso desses termos a partir de Foucault. Quando este autor anuncia a abertura da “era do bio-poder”, separa por um hífen as partes dessa relação – vida e poder. Da mesma forma, com o termo bio-política, nas primeiras aparições desse termo nas traduções em língua portuguesa: as partes vida e política aparecem separados – bio-política. No meu ponto de vista, isso indica um uso inicial, por parte do autor, de termos que ainda não haviam ganhado toda a produtividade que mais adiante o próprio filósofo demonstrou. E, mais, termos que problematizaram e, até os dias de hoje, problematizam diferentes temáticas, demonstrando sua produtividade para além da morte do autor.

Com isso, arrisco dizer que a alteração na grafia dos termos bio-poder/biopoder e bio-política/biopolítica, efetuada pelo autor e mantida pelos tradutores para a língua portuguesa, pode indicar uma implicação cada vez maior entre as partes poder-vida política em suas análises. Além desse, corro outro risco: o de afirmar que ainda está aberta⁹ a era em que o poder investe sobre a vida incessantemente – a era do biopoder. É da vida que se trata o tempo inteiro!

Porém, ainda que se considere a ênfase nos processos biológicos, marcadamente acentuada por Foucault nos séculos XVIII e XIX, vinculados à formação da biopolítica, deve-se também acrescentar contemporaneamente que o poder se exerce ainda sobre os corpos e que é sempre uma questão dos corpos, mas doravante será muito mais a dimensão incorporeal que estará em jogo. As sociedades de controle se investem da memória mental, mais que da memória corporal (ao contrário das sociedades disciplinares). O homem – espírito – que, segundo Foucault, só é objeto do biopoder no limite – passa, daqui em diante, para o primeiro plano (LAZZARATO, 2006, p. 84-85). No Brasil, as discussões do contexto biopolítico ainda estão muito

⁸ Michel Senellart expõe, na Situação dos Cursos de *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008), que Foucault teria introduzido a problemática do biopoder em 1976, no Curso no *Collège de France*, denominado *Em defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999), publicado na França em 1997 e também no livro *História da Sexualidade I – A vontade de saber* (FOUCAULT, 1988), publicado na França em 1976. Mas há que se considerar que a mesma problemática implicada com outra – a da biopolítica – já havia sido introduzida pelo filósofo em uma conferência proferida no Rio de Janeiro, em 1973, e publicada em 1974 nos Cadernos da PUC-Rio, nº 16 (FOUCAULT, 1996).

⁹ Nikolas Rose e Paul Rabinow defendem essa tese no artigo *O conceito de biopoder hoje* (2006), em que apresentam de que maneira, a partir de seus estudos, vivemos, ainda, na era do biopoder.

vinculadas às questões da saúde, mesmo considerando haver uma ampliação dessas produções no que diz respeito ao que seja saúde e suas múltiplas abordagens, e que significativos trabalhos têm sido produzidos nas áreas da educação e da psicologia, por exemplo. Isso, em certo sentido, vincula a discussão biopolítica contemporânea ao “biológico” das populações. Ampliar essas produções em termos biopolíticos significa operar análises que problematizem o que está acontecendo, significa ampliar esse contexto biopolítico ampliando “o social” para além dos recortes analíticos pautadas pelos limites biológicos da saúde dos indivíduos. Reivindicar tal ampliação não significa, no entanto, querer dizer que tais recortes não são importantes, mas, sim, que a análise dos contextos biopolíticos não é, e não deve ser, restrita aos seus aspectos biológicos.

Assim, mesmo quando os projetos sociais lançam mão de atividades físicas como o esporte no desenvolvimento de suas intervenções, mesmo que estas tenham sido historicamente atreladas à melhoria das condições gerais de saúde, pensar esses projetos em termos biopolíticos não pode ser reduzido à temática da saúde dos indivíduos e das populações. Até porque a temática da saúde é apenas um dos aspectos que compõem a configuração de um estado de vulnerabilidade e risco sociais, tão enfocadas pelos proponentes de tais projetos.

“Fazer viver” e normalização

Ao abordar os mecanismos de funcionamento do poder, no que identifica como biopoder, Michel Foucault demonstrou o quanto as disciplinas e a biopolítica articulam-se sem sobreporem-se aos investimentos sobre a vida da população, e assume que são de mecanismos de normalização que se tratam nas duas diferentes tecnologias de poder. Ainda que, em *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008), o autor distinga precisamente a relação da norma com a disciplina (normação), da relação da norma com o dispositivo biopolítico de segurança (normalização), combinados, disciplina e mecanismos de regulação operam contemporaneamente.

Se retomarmos a hipótese de que a era do biopoder, aberta por Michel Foucault, perdura ainda hoje, pode-se afirmar que “sociedade de normalização” e “sociedade de projetos” sobrepõem-se e até confundem-se. Os elementos “fazer viver” e normalização, que servem de título a este texto, são centrais para ativar, implicadamente, a biopolítica e o biopoder foucaultianos como chave para pensar os PSE.

Pensar os projetos em termos de “fazer viver” significa negar-se a pensar no público alvo dessas intervenções como constituído de indivíduos largados à morte,

abandonados para morrer em uma “política do acaso”, em que tanto faz viver ou morrer, ou melhor, em que são deixados morrer ou é causada sua morte¹⁰. Esses projetos ativam um poder que se fundamentava no direito do soberano de se defender ou de pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la” (*idem*, p. 128).

Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida e sobre todo o espaço da existência (*idem*, p. 135). Os PSE estão implicados nessas tecnologias e demonstram centrar-se na vida quando assumem “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero” (p. 135). Em seus documentos, propõe-se intervir, desse modo, caracterizando um poder que tem a tarefa de se “encarregar da vida”.

Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida. Por referência às sociedades que conhecemos até o século XVIII, nós entramos em uma fase de regressão jurídica. As Constituições escritas no mundo inteiro, a partir da Revolução francesa, os Códigos redigidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador (*idem*, p. 136)

Nos PSE, trata-se, acima de tudo, da vida, de “fazer-viver” e de práticas de normalização. Na esteira de Foucault (2008, p. 74), quando afirma que há, intrinsecamente a todo imperativo da lei, algo que poderíamos chamar de uma normatividade, mas que essa normatividade intrínseca à lei, fundadora da lei, não pode de maneira nenhuma ser confundida com o que tentamos identificar aqui sob o nome de procedimentos, processos, técnicas de normalização, Ewald (1993) demonstrou como a norma prescinde da lei e o quanto desta se diferencia nos processos de normalização. Para ele, a norma nos mecanismos biopolíticos de segurança atua pela produção de uma medida comum que é variável, possibilitando uma valorização diferencial sempre em relação a ela, ao contrário da lei que fixa uma

¹⁰ Foucault (1988, p. 127) identifica que, durante muito tempo, “um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e de morte”. Mas que, “a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O ‘confisco’ tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos”. Essa morte, que se desenvolveu a partir do século XVII e que “se exerce positivamente sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

essência, correta, verdadeira, a partir da qual pode-se considerar uma conduta legal ou ilegal. Nesse caso, ou se está na/com a lei, ou fora dela.

A norma, além de ser variável, não admite um exterior, um fora da norma; tudo está na norma, em relação à norma; e, mesmo que se afaste de uma média estatística que a define, não é fora dela que se posiciona, e sim relativamente a ela. Essa noção ajuda bastante a entender como se define o público-alvo nos projetos mapeados. Esses não se dirigem a uma multiplicidade (população) indiscriminadamente. Pelo contrário, é uma população constituída de indivíduos que se localizam nas margens de uma medida comum que esses projetos visam “alcançar/atingir”.

Dessa maneira, a que visam esses projetos senão deslocar esses indivíduos em direção a tal medida comum? Os objetivos explicitados nos projetos estão relacionados a este processo: intervir sobre uma multiplicidade que se situa afastada, desviada, da média que é variável, sempre relativa e nunca rígida, mas que, por isso, constitui uma população. O que chamamos de sociedade de normalização são esses investimentos, que visam o tempo todo deslocar o que é heterogêneo e “heterotópico” em direção à norma.

Modos de intervir nos PSE

Diferentemente das campanhas publicitárias dirigidas a um público, que têm como objetivo e resultado a formação da opinião, os projetos sociais, como mecanismos biopolíticos, dependem de uma população. Com isso, quero dizer que a biopolítica inaugura modos de gerir as populações em que se apoia, mas não equivale aos investimentos sobre o corpo individual das disciplinas.

Nos funcionamentos dos PSE, de alguma forma, o poder disciplinar faz valer seus efeitos, mas não se trata mais de instituições fechadas, com arquiteturas que isolam, repartem, classificam, distribuem os indivíduos. Os efeitos esperados são no nível da população, e não do indivíduo. Nas instituições disciplinares como prisões, fábricas, escolas e conventos, o exame, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de decomposição ótima das aptidões”. Com ele, se ritualizam aquelas disciplinas que se podem caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente (FOUCAULT, 1987, p. 171). Com o duplo deslocamento que esses projetos operam contemporaneamente, primeiro, de localização, ao intervirem em espaços outros que não somente aqueles familiares às

disciplinas e, segundo, de nível, do indivíduo para a população – as funções disciplinares são, ao mesmo tempo, mantidas e atualizadas, uma vez que agora é sobre o corpo da população que se espera os maiores e melhores resultados. O esporte, como estratégia que compõe o funcionamento dos PSE, cumpre com parte das funções disciplinares, uma vez que se dirige ao corpo individual através de sinais, do controle do tempo, dos gestos, da repartição e distribuição das forças etc. Com isso, ele não detém exclusividade, pois essas funções podem ser cumpridas nos projetos sociais por outros veículos como a dança, a música, a pintura, a escultura e as artes.

A invenção de uma população

Considerando, especialmente, o “contexto biopolítico” como possibilidade analítica produzida por Michel Foucault, pode-se tomar os PSE como estratégia de governo, principalmente quando contribuem efetivamente para a formação e identificação de uma população a ser governada – a população de vulneráveis¹¹. Como é possível que se possa fazer tal afirmação e de que maneira isso se dá, são os aspectos que agora tentarei demonstrar.

Tratar da constituição de uma população, tomando-a como uma invenção, significa considerar seu caráter não natural, ou seja, os vulneráveis, indivíduos nominados como sujeitos em risco ou em situação de risco, não existiram desde sempre categorizados, estigmatizados, rotulados dessa maneira. Existiram e existem condições que os tornam possíveis, sendo que muitas vezes os próprios indivíduos não sabem, não reconhecem, não representam a si mesmos como vulneráveis. Os PSE em questão, da maneira como estabelecem seu público-alvo, como selecionam os integrantes/participantes das atividades dos projetos, como cadastram esses indivíduos e registram as informações sobre eles, em termos de governo da vida, cumprem com essa função de constituir uma população – os vulneráveis – tornando, em certo sentido, muito difícil diferenciar se mais fortemente se dirigem a esses indivíduos ou os inventam em termos de população. No primeiro caso, em termos de análise, esses projetos consideram que os vulneráveis estiveram sempre aí, que são dados pela sociedade e que se trata, agora, através dos projetos, de “melhorar” suas

¹¹ Como a maioria dos projetos sociais esportivos que tenho mapeados referem-se aos indivíduos em vulnerabilidade social como sendo o público-alvo de suas intervenções, considero que a população que se constitui através dos registros, principalmente dos cadastros desses projetos, é uma população de vulneráveis. Com isso, não estou, de maneira alguma, pretendendo criar uma categoria de indivíduos para verificar se realmente se encontram nessa condição ou não, mas sim tratá-los em termos de uma população agora localizada e conhecida.

condições de vida e diminuir os riscos a que estão submetidos e, ao mesmo tempo, submetem a sociedade. No segundo caso, significa, ao contrário, que essa população, constituída de vulneráveis, agora público alvo dos PSE, é uma invenção que precisa ser quantificada, conhecida, mensurada¹², para fins de regulação e governo.

Inclusão “social”

A invenção de uma população a partir da identificação de indivíduos que necessitam de assistência, atenção e cuidado, está nos projetos aqui em análise sob o “guarda-chuva” de um grande projeto de inclusão social. Isso está dito nas formulações, pretensões e objetivos de alguns projetos analisados. Neles, parece não haver dúvidas sobre o que significa incluir, quem deve ser incluído e, muito menos, sobre o caráter social dessa inclusão. Abordar intervenções que visam a inclusão de indivíduos na escola, no mercado de trabalho, na sociedade etc., a partir de uma análise biopolítica, pode ampliar esse contexto – biopolítico – e é para isso que tem sido denominado de social, no qual os processos vitais biológicos estão incluídos, mas não assumem exclusividade na análise. Nesse sentido, por exemplo, as políticas de “inclusão na escola” devem ser entendidas justamente no registro da biopolítica e dessas representações e metanarrativas que ajudam a sustentar o estado-nação. Por um lado, as teorizações acerca da biopolítica nos permitem compreender a “vontade de inclusão” e as práticas correlatas – da maneira como estão sendo propostas e executadas atualmente e, em especial, no que diz respeito às (assim chamadas) “pessoas com necessidades especiais” – como uma forma de controle sobre a vida e de gerenciamento da população” (VEIGA-NETO, 2006, p. 100 grifos do autor). O autor aqui referenciado aborda, de maneira específica, a inclusão escolar dos “anormais” e o faz indicando que a “inclusão pode ser vista como o primeiro passo numa operação de ordenamento” (VEIGA-NETO, 2001, p. 26 grifo do autor) e, conseqüentemente, de uma “vontade de ordem” familiar às estratégias biopolíticas. Tal indicação faz-me pensar que isso não se dá unicamente relacionado à inclusão escolar, mas que se pode tomar essa maneira de abordar a inclusão em contextos não escolares. Refiro-me à ênfase atribuída à inclusão social pela maioria dos projetos sociais (não somente os esportivos), considerando que alguns desses projetos não funcionam em espaços e âmbitos escolares. É preciso considerar também que, no caso dos PSE, constata-se

¹² Em outra pesquisa, Traversini e Bello (2009) destacaram, em relação a um programa de alfabetização, a importância que assume, no funcionamento de tal programa, a articulação entre a numeração, a mensuração e a auditoria para que a estatística se coloque como tecnologia para governar. Seria interessante desenvolver análise semelhante em relação aos mecanismos em funcionamento nos projetos sociais.

com frequência que a comprovação de matrícula e rendimento escolares são condicionantes ao ingresso e à permanência nesses projetos.

Em alguns casos, pode-se afirmar que o que é nominado pelos projetos de inclusão social pode se reduzir à inclusão escolar relacionada à conquista de direitos. Em outros, o que é nominado por inclusão social inclui o acesso à escola, mas não se reduz a isso, como é o caso dos projetos que visam à inserção futura no mercado de trabalho e à “garantia” de outros “direitos”, como segurança, moradia, renda, saúde etc. Nesse ponto, seria preciso investir a análise na direção de interrogar pelo “social” da inclusão social, dos direitos sociais e dos próprios projetos sociais, uma vez que, da maneira como são apontados nos projetos analisados, demonstram um caráter completamente naturalizado, enquanto existem abordagens na literatura tratando justamente da invenção do social¹³ como atributo natural, que se refere a um “todo social” ou à sociedade.

Em termos biopolíticos, em relação às ações que visam à inclusão como efeito de uma vontade de ordenamento típica do estado moderno, pode-se tomar os “anormais” dos processos de inclusão escolar e os “vulneráveis” dos projetos sociais como objetos-alvos em dois sentidos: em um primeiro, que vincula esses indivíduos à desordem – naturalizando suas condições de exclusão; e, em um segundo, que os toma como alvo estratégico de regulação e controle, de onde se visa incluir para melhor conhecer e governar. Ambos os sentidos atribuídos contêm uma estratégia de governo da vida de cada um e de constituição de um estrato populacional para fins de regulação que se efetivam nessas vontades “de inclusão” e “de ordem”.

Além disso, o vulnerável está relacionado à noção de periculosidade (FOUCAULT, 1996), sendo visto e tomado como aquele que possui virtualidades capazes de oferecer risco a si e à sociedade. Por isso, em nome da sociedade, é necessário que se localize esses indivíduos, que os tornemos numeráveis, por que é enquanto indivíduo que é interpelado, ainda que seja para a constituição de uma população para fins de regulação e governo, pois é como indivíduo que efetivamente se constitui uma população. Esse é um fenômeno paradoxal do ponto de vista dos mecanismos de regulação e controle dessa população: o vulnerável como alvo e, ao mesmo, tempo como produção.

A formulação da hipótese da constituição de uma população de vulneráveis não serve para que, em uma operação subsequente, seja verificada, comprovada ou refutada, mas, sim, para que seja possível ensaiar sobre os PSE. Principalmente a partir da seguinte indagação: o que há de biopolítico nisso (nos PSE)? Até onde o uso

¹³ Nikolas Rose aborda a invenção do social e a morte do social, respectivamente em Rose (1996) e Rose (2007).

do esporte, ou das modalidades esportivas pode ser aceito tranquilamente como veículo para a salvação dos indivíduos vulneráveis? Até onde esse uso do esporte não é uma atualização, um reaparecimento de funções atribuídas ao esporte como disciplinamento – disciplinas do indivíduo – e controle social – biopolítica da população. Ainda que formule tais questões, não é o esporte o alvo de meu interesse, mas sim o seu uso como técnica para investimentos biopolíticos sobre a vida e maneiras de viver.

Considerações provisórias ... Sempre outros modos de viver

Os elementos, tomados para este texto, do *corpus* de pesquisa sobre os PSE não são os únicos, mas pode-se dizer, até agora, que são os que mantêm implicação direta com a problematização política da vida. Vida que não se restringe aos aspectos biológicos, mas que destes é inalienável. Por isso, investir não só no conceito, mas principalmente na capacidade analítica da ferramenta biopoder/biopolítica que nos é fornecida por Michel Foucault, amplia a capacidade de pensar sobre esporte e sociedade.

Para isso, uma operação interessante parece ser a busca pelo sentido da vida e do “social” presente nos PSE tendo em vista que, em alguns momentos, esses aspectos confundem-se nos documentos de tais projetos, por exemplo, quando se coloca no mesmo plano a saúde individual e a coletiva. Ao mesmo tempo, a maneira como a vida aparece nos projetos sugere aproximações com discussões que estão acontecendo em termos biopolíticos, que apontam para a vida como “sobrevida” (sobrevivência). Isso permite que se compreenda um pouco o que está acontecendo no nosso tempo em torno desses projetos sociais que declaradamente dedicam-se ao governo político da vida (vida individual e vida da sociedade). Mas isso seria abrir, neste lugar do texto, um outro empreendimento. Portanto, aponto-o, neste momento, apenas como uma indicação.

Nesse sentido, concluo com Rose e Rabinow (2006, p. 54), quando indicam que o conceito de biopoder,

[...] utilizado de maneira precisa, relacionado a investigações empíricas e sujeito ao desenvolvimento inventivo, certamente teria lugar como uma parte chave em um conjunto de ferramentas analíticas adequado para o diagnóstico do que Gilles Deleuze (1989) denominou de “futuro próximo”.

Talvez não seja mais de PSE que se trate, neste texto, ou esses também se tornaram apenas uma delimitação, um “álibi” para falar do governo da vida, do vivo,

do presente que, apoiado e correlato dos saberes biológicos que se dedicam a prolongar a vida, investem em mecanismos preventivos, reguladores, gerenciais, sociais, que visam agir sobre as condutas de maneira que o risco “das vidas”¹⁴ seja diminuído. Mas não é qualquer risco nem o risco de qualquer um. Parece que as condutas a serem prevenidas, conhecidas, numeradas e corrigidas são aquelas dos que, ao se encontrarem em uma situação ou estado de vulnerabilidade “social”, colocam em risco a vida da sociedade.

Parece haver um deslocamento do peso desses investimentos para um segmento da sociedade que passa a ser qualificado com o adjetivo “social”. O “social” dos projetos sociais dirige-se aos indivíduos que, por sua maneira de viver, são identificados porque colocam em risco aqueles que não se encontram nesse estado, dando a impressão de que não existem vulneráveis sociais no outro lado da moeda. Um lado da moeda coloca o outro em estado de alerta sobre riscos. Riscos em que esses indivíduos teriam sua vida (e não sobrevida) ameaçada biologicamente, psicologicamente, socialmente (se é que se pode fazer tais distinções).

Se me arrisquei a seguir um pensamento nômade como o de Foucault, é porque acredito, como já anunciado neste texto, que suas análises compõem um quadro que uso para pensar os PSE. Se a biopolítica foucaultiana nunca cessou de deslocar sua ênfase – do biológico para o social¹⁵, dos saberes para as artes de governar, do corpo para a população – por outro lado nunca fixou seu ponto de vista – no indivíduo, nas instituições, no Estado ou na sociedade.

Nesse sentido, ao visitar a oficina foucaultiana, pude encontrar peças, ferramentas, utensílios, acessórios etc., que me possibilitaram montar um quadro para que fosse possível pensar e escrever coisas, talvez, ainda não pensadas e ditas sobre os PSE – porque esse foi meu objetivo, e aí me arrisco novamente: dizer coisas que provavelmente Foucault nunca diria, mas que, por esse quadro montado por mim, de maneira interessada, pode me ajudar a pensar e dizer. Talvez, acima de tudo, tenha tomado a biopolítica que Foucault localiza em um quadro de análise – da governamentalidade – como chave para detonar e tornar possível o pensamento.

Foi assim que ensaiei alguns vislumbres: suspeitar do “social” desses PSE; duvidar do caráter pedagógico de suas intenções; e buscar pelo que há de biopolítico nas suas propostas. É assim, também, que posso afirmar que esses PSE são mais uma estratégia biopolítica. Isso porque funcionam a partir da constituição de uma população – os vulneráveis –; operam a partir de mecanismos de normalização – em relação a normas de conduta “normais”–; hierarquizam e segregam determinado

¹⁴ Já que não é só da vida dos vulneráveis que se trata, a sociedade toda está em risco.

¹⁵ A extensão social da norma (FOUCAULT, 2011, p. 394-398).

segmento da sociedade, ou seja, segmentam os que estão em risco ou colocam a sociedade em risco; nomeiam, numeram, cadastram, para regular e governar; são iniciativas do Estado, mas também são iniciativas individuais e institucionais; enfim, são funcionamentos dúplicos/duais e, ao mesmo tempo, simultâneos. No entanto, se estão aqui e lá, nem por isso, se encerram sempre paradoxais.

“Fazer viver”¹⁶ (PSE) contra “deixar morrer” (os vulneráveis)? O fato de haver uma dedicação crescente à proposição dos PSE é porque se pretende “fazer viver” esses indivíduos que compõem uma população. Enquanto, deixar morrer, equivale a nada fazer contra a “vulnerabilidade” ou contra as “condições” vulneráveis em que determinada população é posicionada. De outra parte, ser posicionado como vulnerável é sempre em relação a uma medida comum, ou seja, esses projetos, ao visarem “fazer viver” de outro modo os indivíduos dessas populações (pretendendo retirar ou minimizar o “grau” ou “nível” de vulnerabilidade), pretendem deslocar suas vidas em direção a essa média. Não fazê-lo, ou não atingir esses indivíduos vulneráveis, não incluindo-os, pode significar deixá-los morrer no sentido que Foucault atribuiu ao deslocamento operado da soberania ao biopoder.

Então, com esses projetos, parece que não se faz outra coisa senão calcular uma medida comum, de vulnerabilidade possível, já que parece não existir posição completamente livre de certo “risco” de vulnerabilidade. Feito isso, posicionam-se os indivíduos a partir de homogeneizados critérios heterogêneos, para fazê-los viver de modo que sejam considerados normais em relação àquela medida comum que, no entanto, é sempre móvel.

Assim, “fazer viver” e normalização, parecem corresponder às grandes “missões” que movem esses projetos. De outra parte, pensar outras formas de vida e de homem que não sejam unicamente aquelas planejadas pelos “projetistas” de plantão permanece sendo o grande desafio para o pensamento e para a vida.

Referências

DELEUZE, Gilles. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* Michel Foucault, philosophe. Paris: Editions de Seuil, 1989.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Vega, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 13. ed., 1987.

¹⁶ Em relação ao caráter biopolítico do biopoder descrito por Michel Foucault em *História da Sexualidade I*.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? In: FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HECKTHEUER, Luiz Felipe Alcantara; SILVA, Méri Rosane Santos da. Biopoder e biopolítica nos projetos sociais esportivos – a invenção de uma população para regulação e governo. In: HENNING, Paula Correa; GARRÉ, Bárbara Hees; LUVIELMO, Marisa de Mello (Orgs.). *Biopolítica e governamentalidade: modos de fazer e gerenciar a educação contemporânea*. Rio Grande: FURG, 2010. 127p. ISBN: 978-85-7566-162-8.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PÁL PELBART, Peter. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. *Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, 2006.

ROSE, Nikolas. Governing “advanced liberal democracies”. In: Barry, A.; Osborne, T.; Rose, N. *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago, Chicago University Press, p. 37-64, 1996.

ROSE, Nikolas. ¿La muerte de lo social? Re-configuración Del território de gobierno. *Rev. Argent. Sociol.* Buenos Aires v.5, n.8, jan./jun. 2007.

TRAVERSINI, Clarice; BELLO, Samuel Edmundo López. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 34 (2), p. 135-152, mai./ago. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. *Pro-posições*, Campinas, v. 12, n. 2-3 (35-36), jul./nov. 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo. Biopolítica, Estado Moderno e inclusão na escola. *Cadernos IHU em formação*, São Leopoldo, ano 2, n. 7, p.98-101. 2006.

Recebido em: 02/11/2016.

Aceito em: 24/11/2016.

Luiz Felipe Alcantara Hecktheuer

Doutorado em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG (2012). Atualmente é professor nível superior – Associado no Instituto de Educação da FURG. felipao.rg@hotmail.com